

País deve registrar crescimento no curto prazo sem provocar inflação

Indústria pode aumentar produção sem risco de gerar pressões sobre preços

Mônica Magnavita

Da Agência O GLOBO

• A economia brasileira está entrando num novo ciclo de crescimento. A perspectiva, claro, é auspíciosa, até porque essa recuperação não deve pressionar a inflação e as contas externas do Governo, dois dos maiores focos de risco do país. Mas nada indica que esse crescimento será sustentável nos próximos anos.

Primeiro, porque não está lastreado na poupança privada. O déficit público é historicamente alto e a qualidade do superávit fiscal previsto no acordo com o FMI está longe de desejável. Entre outras coisas, baseou-se numa receita de impostos altamente regressivos e que destroem a competitividade. Além disso, o esforço de arrecadação do Governo, de 30,5% do PIB, foi, em parte, usado para cobrir o déficit da Previdência.

Segundo, porque, se a aceleração for muito rápida, acabará causando um aumento substancial da importação, o que trará problemas no balanço de pagamentos.

Queda dos juros deverá favorecer o crescimento

O aquecimento da economia no curto prazo será impulsionado pela queda dos juros, que permitirá a recuperação do consumo no segundo semestre; pelo estímulo à produção industrial, que virá com o processo de substituição de importações, por conta da desvalorização; pelo aumento dos investimentos em infra-estrutura — telefonia e eletricidade, aliado à ocupação da capacidade ociosa; e por uma boa safra agrícola e seus efeitos multiplicadores positivos.

A análise do economista e sócio do Banco Pactual Marcelo Serfaty leva em conta a redução drástica do total de crédito ao consumidor nos últimos anos. Em outubro de 1997, o volume de financiamento ao consumidor (direta e indiretamente) era de R\$ 57 bilhões. Hoje está em R\$ 48 bilhões. Não será surpreendente, portanto, que se tenha, através de recomposição gradual do crédito, um crescimento de consumo de bens duráveis.

Serfaty estima que a produção da indústria de bens de consumo durável — que caiu 19,8% no ano passado e deve ter queda de 9% este ano — cresça 14% em 2000. A produção de bens de capital pode aumentar 7% no próximo ano. Isso garantiria um crescimento da economia em torno de 4% no ano.

A boa face desse crescimento de curto prazo — que é a ausência de pressões nas contas externas — será possível devido à ocupação da capacidade ociosa. Pelos cálculos de Serfaty, só por conta disso, a economia brasileira

poderá crescer cerca de 5,5%. Somando-se a isso os ganhos de produtividade, em torno de 2,5%, o Brasil teria um crescimento entre 8% e 9% nos próximos dois anos.

Além disso, o país deve receber este ano cerca de US\$ 20 bilhões em investimento direto.

A reestruturação da economia só não será maior porque os chamados fundamentos deixam a desejar. O país tem forte dependência de capital estrangeiro para financiar seu balanço de pagamentos, o que afeta a volatilidade da taxa de câmbio e dos juros. ■